



30061947



08020.008774/2024-38



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Segurança Pública  
Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

## Ata da 9ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e dez minutos, no Salão Modular do Palácio da Justiça, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília – Distrito Federal, iniciou-se a 9ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública — CNSP. Compuseram a mesa de abertura: o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, **Ricardo Lewandowski**, na qualidade de Presidente do CNSP; o Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, **Manoel Carlos de Almeida Neto**, na qualidade de Vice-Presidente do CNSP; e o Secretário Nacional de Segurança Pública, **Mário Luiz Sarrubbo**, na qualidade de Secretário Executivo do CNSP. Inicialmente foram dadas as boas-vindas às Conselheiras e aos Conselheiros nomeados pela Portaria de Pessoal do MJSP n.º 128, de 12 de junho de 2024, a saber: Denise Motta Dau, Ministério das Mulheres; Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (suplente); Cássio Araújo de Freitas, Conselho Nacional de Comandantes-Gerais (titular); Washington Luiz Vaz Araújo, Conselho Nacional dos Comandantes Gerais dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (titular); e, Rodrigo Vilhena Rabelo, Federação Nacional dos Portuários (titular). Os objetivos da 9ª Reunião do CNSP foram os seguintes: 1) Aprovar da Ata da 8ª reunião; 2) Apresentar as ações e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em 2024; e 3) Pontuar as alterações a serem feitas no Plano Nacional de Segurança Pública, sugeridas na reunião que ocorreu em dezembro de 2023. Estavam presentes os seguintes Conselheiros e Conselheiras: André de Albuquerque Garcia, Secretaria Nacional de Políticas Penais; Andrei Augusto Passos Rodrigues, Polícia Federal; Antonio Fernandes Oliveira, Polícia Rodoviária Federal; Bruno Paes Manso, notórios conhecimentos; Carlos Alexandre Braga, Conselho Nacional das Guardas

Municipais; Fernando Ferreira de Anuniação, Federação Nacional Sindical dos Policiais Penais; Flávia Helena Portela de Carvalho, Nossa Marca; Francisco André Barros Conde, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Frederico Cesar Leão Encarnação, Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais; Heloísa Campos de Brito, Conselho Nacional dos Chefes de Polícia; João Paulo Santos Shoucair, Conselho Nacional de Justiça; José Benoni Valente Carneiro, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Luiz Rodrigo Grochocki, Conselho Nacional dos Dirigentes de Polícia Científica; Marcello Martinez Hipolito, Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; Mário Paiva do Nascimento, Associação Nacional da Guarda Portuária; Milena Risso, notórios conhecimentos; Murilo Rodrigues Cavalcanti, notórios conhecimentos; Ricardo Brisolla Balestreri, notórios conhecimentos; Samira Bueno, notórios conhecimentos; e, Silvio Carlos Leite Mesquita, notórios conhecimentos. Além destes, estavam presentes na qualidade de expositores: as Diretoras e Diretores da Secretaria Nacional de Segurança Pública [Senasp]; a Coordenadora do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania; Coordenadoras e Coordenadores da Senasp. E na qualidade de ouvintes e observadores estavam: a Coordenadora-Geral de Gerenciamento de Riscos da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, assessores das autoridades citadas, entre outras pessoas presentes.

1) Com cumprimentos aos presentes, o **Presidente do CNSP** deu as boas-vindas a todos os participantes, especialmente aos novos Conselheiros e Conselheiras recém-nomeados; ressaltou a importância da reunião para discutir diretrizes de segurança pública e a necessidade de um combate planejado contra a criminalidade; recordou que um dos pontos principais da reunião é a necessidade de alterações pontuais no Plano Nacional de Segurança Pública, sobretudo no que diz respeito ao feminicídio, em razão da determinação da Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal; solicitou que na oportunidade fosse refletido, também, sobre os avanços observados do fenômeno do crime organizado e a forma de enfrentá-lo com novas tecnologias, inclusive por meio do uso da inteligência artificial, novidade tecnológica que pode apresentar ameaças às liberdades públicas e ao próprio futuro da humanidade, ponderando, todavia, sobre a importância do instrumental para o combate à criminalidade organizada; em seguida, o Presidente e o Vice-Presidente do CNSP tiveram que se ausentar por questões de agenda, oportunidade em que os trabalhos passaram a ser conduzidos pelo Secretário-Executivo do CNSP. 2) Feitas suas considerações iniciais, o **Secretário-Executivo do CNSP** procedeu com um breve histórico sobre a nova composição da equipe da Senasp e os objetivos da Pasta; em seguida, realizou uma reflexão ampla sobre a situação da segurança pública no Brasil, seus desafios e os principais projetos da Senasp que visam mitigar tais problemas,

com foco na cidadania. 3) Com a palavra, o Conselheiro **Andrei Augusto Passos Rodrigues** fez considerações acerca das ações da Polícia Federal para o enfrentamento ao crime organizado, oportunidade em que abordou a importância da cooperação internacional no combate ao crime organizado, citando a Ameripol como um exemplo de integração necessária entre países da América Latina; recordou sobre o Programa AMAS, que envolve os nove Estados da Amazônia Legal, os nove países amazônicos e agências de cooperação policial internacional; ressaltou os avanços do Programa Brasil Mais e seus recursos com imagens associadas aos recursos tecnológicos. 4) Com a palavra, o Conselheiro **André de Albuquerque Garcia**, Secretário de Políticas Penais e Penitenciárias, após cumprimentar os presentes, versou sobre a Secretaria Nacional de Políticas Penais, a Polícia Penal e o Sistema Penitenciário Federal; pontuou sobre a elaboração do Plano Nacional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras, decorrente do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347. 5) Com a palavra, o Conselheiro **Antônio Fernandes Oliveira**, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, endossou a necessidade da integração das forças de segurança para enfrentamento ao crime organizado. Após as falas dos citados conselheiros, iniciou-se uma apresentação das ações da Senasp, de forma detalhada por cada Diretoria. 6) Começando pela apresentação da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública, a **Sra. Camila Pintarelli**, apresentou um panorama geral de governança acerca dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, detalhando as frentes de execução bem como o percentual executado por exercício financeiro, de 2019 a 2023; ressaltou a criação da Rede Interfederativa do Fundo Nacional de Segurança Pública — espaço institucional oficial de encontro de todos os Estados e Distrito Federal para aprimorar as medidas de execução dos recursos; a edição da Portaria MJSP 685/2024, que ampliou as áreas temáticas para financiamento com os recursos do Fundo; o ComprasSusp — programa de centralização de compras de insumos de segurança pública, inclusive avançando na gestão com os colegiados para elaboração conjunta de termos de referência. 7) Em seguida, apresentando as ações da Diretoria de Ensino e Pesquisa, a **Sra. Michele Gonçalves dos Ramos** ressaltou, em números, o fortalecimento dos cursos presenciais; destacou o processo de reformulação dos cursos realizados no formato Ensino a Distância; compartilhou a ampliação de vagas para profissionais de segurança pública nos cursos de pós-graduação; abordou a reestruturação da Revista Susp; a ampliação das parcerias com as organizações da sociedade civil; e o projeto de revisão da Matriz Curricular Nacional. 8) Em seguida, a **Sra. Vanessa Fusco** abordou as ações da Diretora de Gestão e Integração de Informações, que realiza a integração das bases de dados; a gestão das ferramentas do Sistema Nacional de Informações de

Segurança Pública (Sinesp); a produção de estatísticas; e a gestão da informação; na oportunidade, detalhou a funcionalidade das ferramentas: Integração; PPE; Infoseg; Mapa; Painel – Dados Nacionais; Pesquisa Perfil; VDE; Brasil M.A.I.S.; Identidade Funcional; CAD; Seg e Auditoria; Agente de Campo; Devir; Cidadão; Análise; e Sinesp Amazônia; avançou tratando sobre os acordos de cooperação técnica com foco em novas integrações de bases de dados; por fim, ressaltou as seguintes publicações: 2ª Pesquisa Diagnóstica das Unidades de Polícia Civil Especializadas na Investigação de Narcóticos; 8º Diagnóstico das Unidades de Polícia Civil Especializadas em Atendimento às Mulheres; Mapa da Segurança Pública; e, o Relatório Estatístico Anual de Crianças Desaparecidas 2022. 9) Fechando a parte da manhã, o **Sr. Fernando Alencar** iniciou agradecendo aos órgãos de segurança pública estaduais pela cessão de servidores para operarem junto a Força Nacional de Segurança Pública, ressaltando a atual capacidade operacional da Força Nacional, os atuais equipamentos disponíveis e apresentando as principais operações em andamento e realizadas, especialmente as operações ambientais e desintrusões em territórios indígenas. O Secretário-Executivo do CNSP encerrou o período da manhã de reunião às 12h07min, retomando às 14h14min. 10) A Diretora do Sistema Único de Segurança Pública, **Sra. Isabel Seixas**, iniciou a apresentação das principais ações e projetos, ressaltando a necessidade de realocação das guardas municipais na Política Nacional de Segurança Pública, em vista do papel fundamental dos municípios na segurança pública; em seguida, ressaltou dois principais projetos: Projeto Escuta Susp, especialmente quanto à oferta de atendimento psicológico *online* aos profissionais de segurança pública; e o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, que visa disponibilizar um conjunto de soluções técnicas, operacionais e normativas, através da utilização de câmeras corporais por profissionais de segurança pública, resultando na Diretriz Nacional de Câmeras Corporais e na Norma Técnica sobre Câmeras Corporais; abordou sobre as ações que visam a qualificação da investigação de homicídios, por meio de reuniões técnicas nacionais e cursos de capacitação; a revisão das diretrizes sobre o uso da força; a Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos e os avanços na alimentação do banco; os resultados observados no Sistema Nacional de Análise Balística; os avanços na articulação da rede que envolve a Política Nacional de Busca e Investigação sobre Pessoas Desaparecidas e os acordos de cooperação técnica que viabilizaram o Alerta Amber; Em seguida, abordou-se, de forma detalhada, a revisão do Plano Nacional de Segurança Pública, especialmente em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito de que o plano voltasse a contemplar metas específicas sobre feminicídio e mortes decorrentes de intervenção policial, apresentando o *status quo* do Plano [em revisão] considerando a decisão do STF bem como outros pontos relevantes que promoveram alterações no Plano, inclusive nas

metas e nas ações estratégicas. 11) Com a palavra, a **Sra. Tamires Sampaio**, fez uma explanação sobre as estratégias e avanços do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, apontando o processo de diálogo e adesão sob os eixos do programa e a identificação das principais demandas dos municípios, a saber: fortalecimento das ações e política para o enfrentamento da violência contra a mulher; política de enfrentamento a violência voltada para jovens que estão em extrema vulnerabilidade. 12) Em seguida, o Secretário-Executivo do CNSP colocou em pauta a **Ata da 8ª Reunião** para observações, retificações ou acréscimos; como não houve manifestações contrárias ao texto, a Ata foi aprovada em votação simbólica. 13) Com a palavra, o **Sr. Rodney da Silva** apresentou a estrutura organizacional da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência e seu escopo de atuação; apresentou os programas e projetos estratégicos, a saber: Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas, que tem por objetivo viabilizar uma visão sistêmica das organizações criminosas, gerar integração institucional e informacional entre as redes de enfrentamento das Organizações Criminosas; Recupera, que tem como foco a identificação, localização, apreensão, administração e destinação de ativos relacionados à prática de infração penal; Renarc, que tem como foco a Integração, coordenação e articulação entre as unidades especializadas na investigação em crimes de entorpecentes; Renorcrim, para integração, coordenação e articulação entre as unidades especializadas em crime organizado; Rede de Carga, para integração, coordenação e articulação entre as unidades especializadas ao enfrentamento de roubo e furto de carga; I.M.P.U.L.S.E., para apoio as instituições de polícia judiciária dos Estados, do Distrito Federal [UFs] e da União na repressão qualificada a organizações criminosas; Integra, que visa fornecer às UFs materiais e conhecimentos técnicos para a extração de dados de dispositivos móveis apreendidos em investigações criminais relacionadas ao combate ao crime organizado; Cifra, que, aos moldes de uma força-tarefa, é uma unidade dedicada à produção de conhecimentos de inteligência financeira, que posteriormente se engaja na investigação criminal; V.I.P.S., a fim de aprimorar as ações de combate aos crimes de violência praticados contra grupos de pessoas vulneráveis (crianças, adolescentes, mulheres, idosos, indígenas, imigrantes refugiados e pessoas em situação análoga à de escravo); pontou, também, sobre as atividades realizadas no Laboratório Cibernético; apresentou um novo conceito para o Centro Integrado de Operações Policiais e de Inteligência, voltado às ferramentas de inteligência e parceria com a iniciativa privada; detalhou o Projeto Estádio Seguro, que prevê a identificação de torcedores por biometria ou ingresso vinculado ao CPF, entre outras ações no entorno da arena esportiva que visam mitigar ações criminosas; finalizando, apresentou os resultados da operação Protetor das Divisas e Fronteiras; os projetos e ações relacionadas à Operação

Protetor dos Biomas; e apresentou os resultados das operações no ano de 2024. 14) Ato contínuo, o Secretário-Executivo do CNSP realizou uma pausa na reunião para um café às 15h50min. 15) Retomada a reunião às 16h24min, iniciaram-se as **manifestações** das Conselheiras e Conselheiros por ordem de inscrição e tempo de fala limite de cinco minutos. Com a palavra, o Conselheiro **Fernando Ferreira de Anunciação** iniciou observando que o CNSP ainda utiliza nos normativos a nomenclatura anterior para os policiais penais; destacou a importância do reconhecimento do trabalho realizado pela categoria; ressaltou os eventuais riscos com a transferência da atividade finalística de policial penal para a iniciativa privada e solicitou, neste sentido, apoio do CNSP. Com a palavra, o Conselheiro **Washington Luiz Vaz Araújo**, elogiou a atenção dada pela Senasp aos Corpos de Bombeiros do país, pontuou sobre a proposta de uma resposta aos desastres, ressaltou a necessidade de investimentos em postos avançados para atendimentos aos municípios, citou, em números, as ações dos bombeiros realizadas no Rio Grande do Sul, em decorrência das enchentes que afetaram a região. Com a palavra, a Conselheira **Heloísa Campos de Brito** elogiou o desempenho da atual gestão da Senasp, especialmente por ter, atualmente, quatro mulheres na frente de diretorias tão relevantes; solicitou a articulação da Senasp para direcionar que os equipamentos de investigação policial, no momento da entrega aos estados, contenham a orientação para serem destinados às atividades de investigação; apontou a necessidade de padronização dos dados sobre “mortes a esclarecer”, tendo em vista o número alto que alguns estados têm registrado, que pode gerar dissonância na realidade do mapa da violência no Brasil; e sugeriu a adoção de envio prévio das pautas a serem discutida nas reuniões do Conselho, de modo a permitir um diálogo no âmbito das entidades representadas. Com a palavra, a Conselheira **Milena Risso** apontou a necessidade de o CNSP debater sobre “qual é a visão estratégica de segurança pública”, por ser uma preocupação observada na sociedade, inclusive com articulação do Governo junto ao Congresso Nacional no que tange pautas mais sensíveis; ressaltou a necessidade ampliar o debate acerca do detalhamento dos programas de segurança pública lançados pelo Governo; registrou que a questão do controle das armas de fogo foi tratada no início do Governo, mas faz-se necessário sua visibilidade na agenda política; finalizou recordando da perseguição que o “lobby das armas” tem realizado contra a Sra. Michele Gonçalves dos Ramos, como se suas ações fossem de ordem individual, e não como uma política de governo. Com a palavra, o Conselheiro **Rodrigo Rabelo** iniciou apontando a necessidade de retificação na Portaria de prevê que a cadeira da Federação Nacional dos Portuários, no CNSP, é indicada pelo Ministério dos Portos e Aeroportos, tendo em vista não haver relação de subordinação da Federação com o referido Ministério; observou a ausência da Guarda Portuária nos programas e projetos apresentados pela

Senasp, razão pela qual solicitou a inserção da Guarda e seu reconhecimento de modo a ser contemplada nas ações de segurança pública. Na oportunidade, o Sr. Rodney da Silva registrou que a Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência possui um projeto em construção voltado às operações nos portos. Com a palavra, o Conselheiro **Mário Paiva do Nascimento** endossou os apontamentos do conselheiro anterior, destacando a relevância da Guarda Portuária nas atividades de segurança pública; referenciou um documento de pauta protocolado que sugere avançar em uma utilização mais efetiva da Guarda Portuária, por meio da integração com os demais órgãos. Com a palavra, o Conselheiro **Silvio Carlos Leite Mesquita** apontou que onze objetivos da Política Nacional de Segurança Pública não estão contemplados no Plano Nacional de Segurança Pública, sendo importante a readequação. Com a palavra, o Conselheiro **Ricardo Brisolla Balestreri** observou a atual equipe, consistente e qualificada, da Senasp tem a oportunidade de transpassar a pauta da segurança pública para a Agenda estratégica do governo; elogiou a consciência da Senasp na mudança de paradigma acerca do enfrentamento ao crime organizado; apontou como desafio a inserção de programas geradores de oportunidades e de urbanismo social, que devem ser trabalhados com a segurança pública; a exemplo, citou programas realizados no Pará e em Recife. Com a palavra, o Conselheiro **José Benoni Valente Carneiro**, registrou que a Política Nacional de Fronteiras foi implantada, sendo necessário avançar na implementação, ressaltando que o eixo segurança do referido plano será elaborado pelo Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa, a partir de seus representantes a serem indicados. Com a palavra, o Conselheiro **Murilo Rodrigues Cavalcanti** enfatizou a necessidade de o Ministério da Justiça em implementar uma política mais consistente de controle e apreensão de armas de fogo, que aumentou nos anos anteriores; sugeriu a criação de projetos urbanos integrados, a exemplo de Medellín, oportunidade na qual o Secretário Executivo do CNSP, na qualidade de Secretário Nacional de Segurança Pública, informou que há um projeto-piloto em construção que prevê retomada do território com o braço policial e ações de cidadania e que a Senasp está firme nas ações que envolvem o controle de armas. Com a palavra, o Conselheiro **Bruno Paes Manso** sinalizou a necessidade de pautar as políticas de segurança pública, enfrentando o debate público com foco na fragilização do crime organizado. Com a palavra, o Conselheiro **Cássio Araújo de Freitas** registrou a preocupação com a segurança durante as eleições municipais do ano corrente, sugerindo um canal com o Tribunal Superior Eleitoral a fim da padronização de procedimento; ressaltou a importância de a segurança pública ter uma visão transversal; registrou que todas as polícias militares têm um programa específico no combate ao feminicídio, que podem ser alvo de incentivos do governo federal. Na oportunidade, o Sr. Rodney da Silva registrou que a Senasp realiza a gestão de

riscos e apontou a estrutura que será colocada à disposição do Tribunal Superior Eleitoral. Com a palavra, a Conselheira **Flávia Helena Portela de Carvalho** trouxe para a pauta a questão dos Conselhos Comunitário de Segurança [Consegs], ressaltando que os Consegs podem ser mais que um elo entre a sociedade e as polícias; solicitou um olhar especial para os Consegs, destacando que se trata de um trabalho voluntário que precisa ser estruturado; informou que não percebeu nas apresentações do dia qualquer menção a participação da sociedade civil; este tema, sugere a Conselheira, deve ser trazido para o SUSP a fim de garantir a participação da sociedade, bem como que seja dada as condições para uma participação qualificada; ressaltou que não percebeu nas previsões orçamentárias a possibilidade de participação em editais, sem a necessidade de associação com militar, por exemplo; reiterou a proposta de realização da 2ª Conseg [Conferência Nacional de Segurança Pública], inclusive avaliar e, talvez, atualizar o conceito de Conseg; por fim, reiterou a importância da participação da sociedade de forma tão qualificada quanto os órgãos de segurança pública têm a oportunidade de ali participar, a fim de poder trazer diversos temas, tais como, a questão racial e a das mulheres, para rodas de conversas simples. Na oportunidade, a Sra. Tamires Sampaio registrou que o Ministério promoveu editais voltados à sociedade civil organizada, a partir de temas específicos que dialogam com a segurança pública, ainda que limitados. Com a palavra, o Conselheiro **Marcello Martinez Hipolito** registrou a relevância da proposta construída pelo grupo de trabalho Diretrizes de Atendimento Policial Militar; registrou a preocupação com a regulamentação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, sugerindo ser pautada por pontos, a exemplo da questão da proteção social, dada a relevância da referida Lei Orgânica, especialmente para a atividade polícia militar, como principal código que ampara a atividade preventiva policial. 16) ENCERRAMENTO – O Secretário-Executivo do CNSP agradeceu a participação das pessoas presentes; ressaltou que o projeto da Senasp está pautado no diálogo; que a Senasp foca em projetos estruturantes; e que, juntos, um país melhor em termos de segurança Pública será entregue em um futuro breve. Nada mais havendo a declarar, às 17h29min o Secretário-Executivo do CNSP encerrou a 9ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

## **Atos do CNSP:**

### I - Resoluções:

— Os Conselheiros não propuseram resolução na reunião.

### II - Pareceres:



a) Deliberar sobre a emissão de um parecer técnico acerca da privatização da atividade fim do policiamento penitenciário.

### III - Recomendações:

a) recomendar à Senasp orientações aos entes subnacionais sobre a destinação de equipamentos de investigação policial;

b) recomendar à Senasp esforços no sentido de padronizar os dados sobre “mortes a esclarecer”;

c) recomendar à Senasp que contemple a Guarda Portuária nos programas e projetos de segurança pública;

d) recomendar à Senasp que na revisão do PNSP sejam incluídos os objetivos da PNSPDS, em sua totalidade;

e) recomendar ao Governo Federal o endosso nas ações de controle e apreensão de armas de fogo;

f) recomendar ao Governo Federal ações de segurança pública integradas com programas geradores de oportunidades e de urbanismo social;

g) recomendar à Senasp ações coordenadas com o TSE durante as eleições municipais de 2024;

h) recomendar à Senasp esforços no sentido de fortalecer os Conselhos Comunitários de Segurança, a fim de serem estruturados e permitir uma participação qualificada da sociedade civil;

i) recomendar ao Governo Federal um diálogo qualificado visando à regulamentação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

### IV - Moções:

— Não foram apresentadas moções por Conselheiros na reunião.

### V - Decisões colegiadas:

— Não houve decisão colegiada deliberada na reunião.

### **Encaminhamentos à SE/CNSP:**

a) Revisão de normativos a fim de substituir a referência “Agentes Penitenciários” por “Policiais Penais”;

b) Há indicativo para o CNSP elogiar a Senasp por ter mulheres à frente da maioria de suas diretorias;

c) Adotar a rotina de envio prévio da pauta da reunião a ser realizada;

d) Inserir em pauta do CNSP: “qual é a visão estratégica de segurança pública”;

e) Sugestão de alteração normativa para desvincular subordinação da cadeira da Federação Nacional dos Portuários, atualmente com previsão de indicação do Ministério dos Portos e Aeroportos;

f) Indicadas a oportunidade de o CNSP realizar a segunda Conferência Nacional de Segurança Pública.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Sarrubbo, Secretário(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social**, em 17/12/2024, às 19:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30061947** e o código CRC **10845B06**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.